officio a denominar-se terceiro e conservando os outros as mesmas denominações.

Art. 2.º Enquanto existirem providos os quatro lugares de oficiais de diligências do juízo de direito da comarca de Pêso da Régua será o serviço dos três cartórios pertencente aos oficiais de diligências distribuído igualmente pelos quatro, conforme determinação do juiz de direito da mesma comarca, continuando a compartilhar os oficiais substituídos nos emolumentos que deveriam ser contados aos respectivos substitutos.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *Augusto Casimiro Alves Monteiro.*

2.ª Repartição.

Decreto n.º 11:338

Considerando que noutros Ministérios foi já modificada a denominação dada ao pessoal menor, contínuos e serventes;

Considerando que essa modificação não implica qualquer aumento de despesa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os serventes do quadro do pessoal menor do Ministério da Justiça e dos Cultos terão, de futuro, a designação de segundos contínuos, passando os contínuos do mesmo quadro a ter a designação de primeiros contínuos, sem prejuízo dos direitos e obrigações que a uns e outros competem pela actual lei orgânica.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *Augusto Casimiro Alves Monteiro.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 11:339

Considerando que é absolutamente necessário dar unidade às investigações sobre os casos anormais ocorridos com o Banco Angola e Metrópole;

Considerando que aqueles casos revestem uma especial gravidade, que inteiramente justifica medidas enérgicas no sentido do apuramento rápido de todas as responsabilidades;

Considerando que é mester assegurar sem demora o crédito da nota do Banco de Portugal, como moeda nacional;

Usando da autorização conferida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A Procuradoria Geral da República, representada pelo ajudante, Dr. Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos, assumirá a direcção superior das investigações sobre os casos anormais ocorridos com o Banco Angola e Metrópole.

§ 1.º Para tal efeito ficar-lhe hão subordinadas a polícia de investigação criminal e de segurança do Estado

em todo o país e a Inspeção do Comércio Bancário e as investigações serão feitas sem limitação de qualquer espécie, no país e no estrangeiro, de forma a conseguir-se o apuramento integral da verdade.

Art. 2.º O referido magistrado, para o cumprimento da sua missão, procederá a todas as diligências que julgar necessárias, poderá efectuar a detenção à sua ordem de qualquer pessoa suspeita de criminalidade, impor sélos, proceder a buscas, apreensões e exames, e requisitar o auxílio de todas e quaisquer autoridades e agentes de que careça.

§ 1.º O mesmo magistrado poderá requisitar para o serviço das investigações os magistrados, funcionários e quaisquer outras pessoas que entenda necessárias.

§ 2.º Os indivíduos actualmente detidos serão imediatamente postos à disposição do director das investigações.

Art. 3.º O director terá um adjunto, magistrado da sua escolha, em quem possa delegar suas funções quando o julgar necessário.

Art. 4.º O director, magistrados e funcionários que intervierem nas investigações serão considerados, para todos os efeitos, como estando no exercício de seus cargos e poderão corresponder-se oficialmente e por todos os meios com entidades oficiais e particulares, sendo os seus telegramas considerados urgentes e expedidos de preferência a quaisquer outros.

Art. 5.º As diligências efectuadas terão força de corpo de delicto.

Art. 6.º Os magistrados e funcionários em serviço nas investigações terão, além dos vencimentos dos seus cargos e das ajudas de custo a que possam ter direito, as gratificações que forem determinadas em portarias.

Art. 7.º Serão abertos os créditos indispensáveis para o pagamento de quaisquer despesas a que dê lugar a execução deste decreto, seja no país, seja no estrangeiro.

Art. 8.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *Domingos Leite Pereira* — *Augusto Casimiro Alves Monteiro* — *António Alberto Torres Garcia* — *José Esteves da Conceição Mascarenhas* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Vasco Borges* — *Ernesto Maria Vieira da Rocha* — *João José da Conceição Camoesas* — *Manuel Gaspar de Lemos.*

Decreto n.º 11:340

O decreto n.º 9:761, de 3 de Junho de 1924, exceptuou das suas disposições os estrangeiros domiciliados em Portugal quanto aos benefícios concedidos aos estrangeiros residentes fora do país.

Este preceito teve por intuito acautelar a realização dos fins financeiros a que aquele decreto visava, visto ter-se em atenção destringer os portadores portugueses dos estrangeiros.

Considerando que o referido decreto já teve ampla execução, estando os respectivos serviços em via de ser definitivamente concluídos;

Considerando que é chegado o momento do se revogar essa excepção contra os estrangeiros domiciliados em Portugal:

Hei por bem, usando da faculdade concedida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São concedidos aos estrangeiros domiciliados em Portugal direitos idênticos aos que foram garantidos aos estrangeiros residentes fora do país, portado-

res dos títulos referidos no decreto n.º 9:761, de 3 de Junho de 1924.

§ único. Os indivíduos ou as entidades abrangidas por este decreto que possuírem esses títulos em Portugal poderão apresentá-los na Junta do Crédito Público, para serem carimbados; os que os possuírem fora do país poderão apresentá-los, para o mesmo fim, na Delegação do Tesouro Português, em Londres, encarregada da execução do citado decreto n.º 9:761.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*Domingos Leite Pereira*—*Augusto Casimiro Alves Monteiro*—*António Alberto Torres Garcia*—*José Esteves da Conceição Mascarenhas*—*Fernando Augusto Pereira da Silva*—*Vasco Borges*—*Ernesto Maria Vieira da Rocha*—*João José da Conceição Camoesas*—*Manuel Gaspar de Lemos*.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte:

Ministério da Instrução Pública—Direcção Geral do Ensino Superior.—Por despacho ministerial de 28 de Junho de 1924, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 8 de Agosto seguinte, foi a subvenção diferencial dos guardas e sub-prefeitos dos liceus centrais de Lisboa, Porto e Coimbra equiparada à subvenção diferencial dos contínuos dos mesmos liceus, que era de 150\$.

Reclamaram os contínuos contra essa equiparação, por contrária às disposições legais. Dando-lhes razão, a Comissão Central de Reclamações tiuha dois caminhos a seguir: fazer regressar os guardas à sua subvenção diferencial anterior de 145\$, ou elevar a subvenção diferencial dos contínuos a 155\$.

Como é sempre doloroso cortar vencimentos e os guardas recebiam o aumento há bastantes meses, optou esta Comissão pela elevação da subvenção diferencial dos contínuos, e com este parecer se conformou o Ex.º Ministro das Finanças, por despacho de 12 de Setembro passado.

Numerosas representações apareceram depois, tanto do pessoal menor dos Ministérios como dos estabelecimentos dele dependentes, pedindo aumento de vencimentos. Essas representações podem dividir-se em três grupos:

1.º Dos contínuos, primeiros contínuos, contínuos de 1.ª classe e seus equiparados, solicitando uma subvenção diferencial idêntica à que fôra concedida aos contínuos dos liceus centrais;

2.º Dos serventes, segundos contínuos, contínuos de 2.ª classe e seus equiparados, solicitando a equiparação plena de todo o pessoal menor, como pediam alguns, ou apenas um aumento de vencimento proporcional ao que teriam os contínuos, como pediam outros;

3.º Dos guardas dos liceus, solicitando que se mantivesse a sua equiparação com os contínuos, como anteriormente ao despacho ministerial de 12 de Setembro.

A reclamação dos guardas dos liceus deve ser indeferida, pois foi exactamente por não ter esta Comissão julgado justa a sua equiparação com os contínuos que a estes foi elevada a subvenção diferencial de 150\$ para 155\$.

Quanto aos contínuos, primeiros contínuos, contínuos de 1.ª classe e seus equiparados, entende a Comissão Central que a sua reclamação se justifica. Anteriormente a 1919, os vencimentos dos contínuos dos Ministérios foram sempre superiores aos dos contínuos dos liceus; e se, naquele ano, se deu o inverso, por uma reforma do

ensino secundário, pouco tempo durou essa diferença, sendo todos os contínuos equiparados nos seus vencimentos. Isto mesmo, no parecer desta Comissão, se deve fazer agora, elevando-se a subvenção diferencial dos contínuos, primeiros contínuos, contínuos de 1.ª classe e seus equiparados de 150\$ para 155\$.

Quanto aos serventes, segundos contínuos, contínuos de 2.ª classe e seus equiparados, que pedem a equiparação de todo o pessoal menor, não está essa reclamação nas atribuições desta Comissão. Entende, porém, que a subvenção diferencial desses funcionários deve ser elevada de 145\$ para 150\$.

É certo que o vencimento total correspondente à subvenção diferencial de 155\$ representa um aumento de 29\$ mensais, sobre o vencimento correspondente à subvenção diferencial de 150\$, enquanto que o aumento resultante da elevação da subvenção diferencial de 145\$ para 150\$ representa apenas 11\$ mensais. Mas a Comissão Central não pode fazer interpolações na tabela das subvenções diferenciais. Portanto, a subvenção diferencial dos serventes, segundos contínuos, contínuos de 2.ª classe e seus equiparados deve ser de 150\$, que é a imediata à subvenção que actualmente lhes pertence.

As novas subvenções diferenciais de 155\$ e de 150\$ para as duas classes do pessoal menor é esta Comissão Central de parecer que devem ser concedidas tanto aos contínuos, primeiros contínuos, contínuos de 1.ª classe e seus equiparados, como aos serventes, segundos contínuos, contínuos de 2.ª classe e seus equiparados dos Ministérios e todos os estabelecimentos deles dependentes.

Em 17 de Novembro de 1925.—*Herculano da Fonseca*—*José Bernardino Gonçalves Teixeira*—*Dioleciano Feio de Carvalho*—*A. Cancela de Abreu*—*Manuel Fratel* (com a declaração de que, pelo que respeita aos contínuos do Ministério das Colónias, a diferença na totalidade dos seus vencimentos é somente a que resulta das suas diurnidades)—*José Maria de Queiroz Veloso*.

Despacho

Concordo e homologo este parecer, determinando, porém, que os guardas e sub-prefeitos dos liceus centrais de Lisboa, Porto e Coimbra voltem a equiparar-se aos contínuos, constituindo a classe única (155\$), e que os correios de Ministros e seus equiparados das Secretarias de Estado passem à classe imediata para efeito de cálculo da sua melhoria. Só poderão ser abonados a partir de 1 do corrente mês.

4-XII-1925.—*A. A. Torres Garcia*.

Secretaria Geral do Ministério das Finanças, 9 de Dezembro de 1925.—O Secretário Geral, *Alberto Xavier*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição Central

Decreto n.º 11:341

Não tendo as várias taxas criadas para o fundo de assistência produzido receita suficiente para satisfazer os inúmeros encargos que à mesma incumbem, não só pela sua multiplicidade, mas também pela sua difícil fiscalização e cobrança;

Atendendo a que se torna necessário, para obter maior produtividade do imposto, modificar-lhe a incidência e liquidação para que a sua cobrança seja mais fácil e profícua:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, tendo em vista o disposto na parte final do artigo 2.º da